

Ata de nº 2043/2019.

Aos dezoito dias do mês de março de 2019, reuniu-se em Sessão Ordinária, no Plenário Gomercindo Baldissera em hora costumeira, a Câmara de Vereadores de Campinas do Sul. Em nome de Deus o Sr. Presidente declarou aberta a Sessão e solicitou a Secretária da casa que procedesse com a chamada dos Sr.Vereadores, conferido o quorum, confirmada a presença de todos, a Vereadora Marines prosseguiu com a leitura do evangelho do dia, seguido de um minuto de silêncio em respeito aos mortos do massacre de Suzano. Posta a disposição dos Vereadores para vistas as atas das Sessões extraordinárias do período de recesso. Dando inicio a ordem do dia foi feita a leitura do ofício nº 001/2019 do CONSEPRO. Seguido da leitura do Requerimento de protocolo nº 020/2019, de autoria do Vereador Egon. Posto em discussão o autor usou a palavra para destacar a importância da proposição que foi construída pelos Vereadores para atender ao pedido da população e demais pessoas que utilizam de alguma forma a Capela Mortuária de Campinas do Sul. Defendeu a solicitação, justificando a importância, necessidade e urgência da instalação da cobertura em toda a extensão frontal da Capela Mortuária. Adiantou que se a reivindicação não for atendida pelo requerimento, apresentará a solicitação através de um Projeto de Lei de Origem Legislativa. Solicitou a aprovação do Requerimento e também para que os Vereadores intercedam junto ao Poder Executivo para que a obra seja realizada o mais breve possível. Sem mais manifestações o Requerimento foi aprovado por unanimidade. Lido na seqüência o ofício PM nº 075/2019, de encaminhamento dos Projetos números; 013/2019 e 014/2019. Seguido da leitura do Projeto nº 013, que prorroga prazo de vigência de contratação temporária de excepcional interesse público. Posto em discussão o Vereador Ronaldo no uso da palavra disse que o Projeto trás o desleixo do Executivo há um ano, pois em 2017 foi aprovado um Projeto nº 013 autorizando a contratação de um médico psiquiatra em caráter emergência, com uma emenda do Vereador Egon, com prazo de contratação de doze meses, sem previsão de prorrogação. E em 2018, veio

um Projeto pedindo a renovação do contrato, mesmo sabendo que não podiam renovar por que a Lei não autorizava aprovaram na pressão por que se não o Município ficaria sem o Profissional. Argumentou que já haviam alertado o Executivo que deveria providenciar um novo processo para a contratação, pois o Projeto estava ilegal. Lamentou que mais uma vez terão que aprovar o Projeto para salvar o Executivo e para não levarem a culpa se o hospital ficar sem o referido Médico. Por fim disse esperar que o Executivo não cometa mais este tipo de atrocidade. O Vereador Sadi no uso da palavra disse que mesmo sabendo que o Projeto é ilegal devem aprová-lo, para não correr o risco de o hospital ficar sem o Profissional, considerando que conforme diz no ofício de encaminhamento da proposição, que nem outro Médico Psiquiatra se dispôs a laborar pelo valor que a municipalidade pode pagar. Sinalizou que se houver alguma irregularidade o Prefeito que terá que arcar com as conseqüências. Criticou o responsável pela elaboração do Projeto, pois no seu entendimento deve tomar mais cuidados e fazer a coisa certa. Declarou seu voto favorável e alegou que se no futuro tiver algum apontamento pelo órgão competente, os responsáveis que arcam com as conseqüências. O Vereador Bonatti no uso da palavra disse que no seu ver a administração está consciente de que algo precisa ser feito e a prova é que no ofício de encaminhamento diz que pretende dentro deste ano criar o cargo de Médico Psiquiatra, e se for possível, realizar ainda neste ano, ou no início do próximo ano certame público para preenchimento da vaga. Afirmou entende que devem dar mais um crédito a Administração e posteriormente cobra para que realmente cumpra o que está dito no ofício. Sem mais manifestações o Projeto foi posto em votação e foi aprovado por unanimidade. Lido na seqüência o Projeto nº 014/2019, que dispõe sobre a ampliação do perímetro urbano em área rural para fins de loteamento de lazer. Consultada a CUP para deliberação sobre este Projeto ainda nesta Sessão e os Líderes partidários, o Presidente da Comissão, Vereador Sadi usou a palavra para comunicar que com a concordância dos demais membros da CUP e sugestão dos Vereadores o projeto será baixado para receber o parecer da Assessoria da Casa, e repassou também que se for do entendimento dos demais Vereadores a Comissão concorda em reduzir os prazos. Assim, o Projeto foi baixado. E

não havendo mais matéria a ser deliberada, passou-se para as considerações finais e pela ordem do sorteio o Vereador Presidente Renato usou a tribuna para lamentar o ocorrido na Escola Estadual Professor Raul Brasil, na cidade de Suzano SP, no último dia 13, e convidou todos a fazerem uma reflexão se estão acompanhando as redes sociais de seus filhos e se estão tendo acesso aos celulares, computadores e tablet. Também frisou que é importante todos se perguntarem se estão dando atenção, carinho, amor a seus filhos ou estão jogando a responsabilidade em cima dos Professores. Solicitou ao Executivo através da Secretária de Educação para que revejam os planos de segurança das Escolas do Município e pediu para que a segurança seja reforçada, e disse que como representantes do povo devem rever algumas questões a este respeito. Parabenizou a Igreja Assembléia de Deus pelo belíssimo evento que realizou neste final de semana e agradeceu ao Pastor Eugênio e saudou todos que participarem da programação. Por fim cobrou do Executivo a realização da obra de reforma das casas do Bairro São Francisco, conforme Projeto aprovado no mês de novembro de 2018 e solicitou ao Secretário responsável para que de uma atenção especial ao Bairro, pois os moradores dependem desta ajuda para resolverem os problemas em suas moradias. O Vereador Fábio no uso da palavra parabenizou o Governo municipal pela iniciativa de oportunizar o esporte gratuito a crianças e adolescentes, mas demonstrou insatisfação com a forma adotada pelo Executivo de contratar o Profissional sem processo seletivo e licitação. Ainda falou de seu empenho em buscar a devolução para o Município, do ginásio de esporte, que está sob o comando da Codesul, para que a municipalidade possa fazer as reformas necessárias, para disponibilizar aos alunos que usam o local. Disse que como nada foi conseguido depois de tantas tentativas, o Município deve buscar judicialmente a devolução do ginásio. Lembrou que solicitou várias vezes para que o calçamento na Rua Quatro Irmãos fosse realizado e lamentou que até o momento nada foi feito e disse com tristeza que pode constar as dificuldades que os moradores enfrentam em dias de chuva, e que inclusive na oportunidade que esteve no local o caminhão do lixo não conseguiu descer para fazer a coleta do lixo. Afirmou se sentir envergonhado, pois, já se passaram dois anos de mandato e desde o início

vem solicitando a obra que é de extrema necessidade e ainda não foi atendido. Falou do trabalho feito em Jacutinga pelo CONSEPRO, através do Projeto Jacutinga de olho, com vídeo de monitoramento na cidade e sugeriu para que juntos busquem trazer o Projeto para o Município de Campinas do Sul, e repassou que o Vereador Ricardo Menegas encaminhará a proposição a ele. Com relação aos Projetos, disse que novamente os Vereadores estão sendo colocados em uma situação injusta, pois a Assessoria da Prefeitura tem um entendimento e a Assessoria da casa tem outro, e falou que está na hora de falarem a mesma língua, para que possam votar as proposições tranquilamente e conscientes. Por fim solicitou ao Presidente da casa para que entre em contato com a rádio que transmite as Sessões, para saber o porquê só o pronunciamento de um colega foi reprisado após a Sessão de abertura dos trabalhos, se a mesma é paga pela Câmara, entende que deve ser dada igualdade a todos os Vereadores. E não havendo mais Vereadores inscritos o Sr. Presidente disse que entrará em contato com o Diretor da rádio e repassará as informações ao colega. E nada mais havendo em nome de Deus declarou encerrada a presente Sessão. Sala das Sessões 18 de março de 2019.